

V SEMINÁRIO
INTERNO DO
NEHSP

20 A 22 DE
OUTUBRO DE 2021

CADERNO DE RESUMOS





SUMÁRIO

MESA: Experiências femininas: agências, trajetórias e estratégias no XIX e XX

- 04** Produção dos coletes de emancipação
Laura Junqueira (UERJ)
- 06** Narcísia Amália de Campos e a produção literária feminina no século XIX
Olga Mattos (UFJF)
- 07** As apropriações dos discursos antiescravistas na produção literária de Maria Firmina dos Reis (Maranhão, século XIX)
Natália Lopes (UFJF)
- 08** A trajetória de Marianne North no Império do Brasil (1872 – 1873)
Flaviana Silva (UFJF)
- 09** A trajetória de Corina Coaracy e os óbocos profissionais de mulheres na imprensa
Cristiane Ribeiro (UNICAMP)
- ## **MESA: Epistemologias do saber: mobilizando teorias e conceitos no século XIX**
- 11** O jornal Malagueta e o Império do Brasil: Referenciais teóricos e posturas políticas (1821-1822)
Myriam Pires (UFJF)
- 12** “O dever das raças”: George Rawlinson e a teoria do branqueamento no seminário teológico de Princeton
William Falcão (UFJF)
- 14** Desigualdade e emancipação: apontamentos sobre seus usos no movimento antiescravista brasileiro (Século XIX)
Thomaz Santos (UFF)

**MESA: As “minas gerais” e seus mecanismos: o cotidiano da província e suas políticas
intitucionais e jurídicas**

15

O conselho geral de Minas Gerais e as contas das Câmaras municipais

Diego Gomes (UFJF)

17

Justiça de paz e o ordenamento jurídico oitocentista

Eduardo Silva (UFJF)

18

Polícia médica e sanitária municipal: as ações de higiene e salubridade da Câmara municipal de Ouro Preto (1805-1850)

Pâmela Campos (UFJF)

19

Projetos de elevação: as terras altas de Santo Antônio do Paquequer tornam-se
Theresopolis

Marta Fittipaldi (UFJF)

PRODUÇÃO DOS COLETES DE EMANCIPAÇÃO

Laura Junqueira de Mello Reis¹

Em 2019, no III Seminário Interno do NEHSP apresentamos, pela primeira vez, uma comunicação sobre uma indumentária que, aquele momento, julgamos como inovadora: os coletes de emancipação. Passados dois anos e com uma pesquisa de doutorado sendo encaminhada pudemos averiguar certas descobertas sobre essa fonte de pesquisa. Em um primeiro momento, nos deparamos com pesquisas que já haviam sido feitas sobre o traje; contudo, olhando para esse conjunto de peças sob perspectivas distintas das quais pretendíamos. À vista disso, essa apresentação tem como objetivo mostrar o avanço da pesquisa. Os coletes de emancipação, publicados no Brasil pela primeira vez em 1851, consistiam, de acordo com o *Jornal das Senhoras*, no uso feminino de roupas que eram socialmente postas ao guarda roupa masculino, ao exemplo de coletes, gravatas e paletós. Assim, para compreendermos o uso desse traje, a priori, nos atentamos, em analisar as atividades das modistas e costureiras que produziram essas peças. Chegamos, a partir do *Jornal das Senhoras*, no nome de Madame Barat. Modista francesa, moradora da corte, tinha loja na rua do Ouvidor e era modista da Imperatriz. Ao nos aprofundarmos na história das modistas chegamos também a Mme. Giraud. Julia Giraud, francesa, passou de costureira para modista e, vivendo sob uma constante troca de endereços, afirmava em 1852, mesmo ano em que o colete começou a fazer sucesso no Rio de Janeiro, que produzia coletes e que, caso as consumidoras não quisessem ir até sua loja, poderiam ir até uma loja vizinha, cujos endereços eram próximos, ela na rua dos Lavradio e o vizinho na rua dos Latoeiros, atual Gonçalves Dias. Tomando como base esses dois exemplos que expomos acima pretendemos apresentar o desenvolvimento de uma pesquisa que ainda está dando seus primeiros passos e que, em virtude da pandemia, recorre apenas a fontes disponíveis online. Por essa razão, nossas fontes principais são os periódicos diários do período (primeira metade do século XIX), os jornais voltados para o público feminino, como *A Marmota* e o *Jornal das Senhoras*, assim como os Registros de chegada de estrangeiros, presente no arquivo digital do A.N.R.J. Nosso aporte teórico analítico é o uso da categoria de gênero, entendendo as interseccionalidades que perpassam por ela (LERNER, 2019; GONZALEZ, 2021). Além disso, buscamos compreender essas mulheres, tanto as consumidoras dos coletes, quanto as produtoras,

¹ Doutoranda em história política na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Graduada e mestre em história na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: laurajunqueiramreis@gmail.com

como sujeitas políticas, para tanto, fazemos uso do conceito de história social da política (BARBOSA, 2021) entendendo a importância dos agentes sociais e compreendendo que o uso de roupas masculinas por mulheres, assim como a sua própria produção, era um ato político. Utilizamos e pensamos a partir de conceitos como cultura política (BERSTEIN, 1998) e redes de sociabilidade (SIRINELLI, 1998).

Palavras Chave: Coletes de emancipação; Modistas; Costureiras; Oitocentos.

NARCISA AMÁLIA DE CAMPOS: POETISA ESQUECIDA DO SÉCULO XIX

Olga Mattos de Lima e Silva²

A presente comunicação tem como principal objetivo expor os resultados iniciais de uma pesquisa de doutoramento, que visa de forma inédita pensar a trajetória da poetisa oitocentista Narcisa Amália de Campos entre os anos de 1870-1924. Na historiografia brasileira a inclusão das mulheres como objeto de análise histórica ganhou forças a partir da segunda metade do século XX, provocando um significativo aumento no número de pesquisas que abordam questões relacionadas às mulheres e ao gênero como categorias de análise. De acordo Norma Telles, as mulheres enfrentaram inúmeros desafios quando almejavam transcender ao papel que lhes era socialmente imposto - o da vida privada, mas apesar dos percalços elas escreveram muito e ainda pouco se sabe sobre essa vasta produção. Neste sentido, buscamos o resgate da atuação de uma entre inúmeras outras mulheres de letras esquecidas do século XIX. Narcisa Amália de Campos nasceu em 1852 em São João da Barra (RJ) e residiu a maior parte de sua vida na cidade de Resende e na Corte. Com uma trajetória singular, a poetisa publicou sua obra lírica intitulada *Nebulosas* pela editora Garnier ainda muito jovem, com apenas 20 anos de idade em 1872, embora já atuasse na imprensa através da publicação de textos e traduções de obras literárias. Narcisa Amália foi reconhecida por sua intensa produção literária por personagens relevantes como Machado de Assis, recebendo prêmios e sendo elogiada pelo próprio Imperador Pedro II. Ela alcançou visibilidade e reconhecimento mesmo num espaço majoritariamente masculino, e isto se torna evidente a partir da leitura das fontes, onde observamos que a todo instante aparecia demarcações explícitas que o universo literário não era considerado como um espaço feminino. Além de escrever poesias, Narcisa Amália também atuou na imprensa periódica discutindo temáticas variadas, como a educação feminina, o papel da mulher na sociedade, o direito ao voto e a defesa da abolição da escravidão. Para que esta proposta seja possível, utilizamos como principal fonte a leitura de periódicos do século XIX e também a produção historiográfica que aborda a temática.

Palavras Chave: Imprensa; Mulheres; Cânone; Produção.

² Doutoranda em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: olgamattos1@yahoo.com.br

AS APROPRIAÇÕES DOS DISCURSOS ANTIESCRAVISTAS NA PRODUÇÃO LITERÁRIA DE MARIA FIRMINA DOS REIS (MARANHÃO, SÉCULO XIX)

*Natália Lopes de Souza*³

Em 1859, Maria Firmina dos Reis (1822 – 1917) escritora e poetisa maranhense, tornava público seu romance *Úrsula*, que trazia, envolto as influências do romantismo, argumentações e críticas à escravidão nas entrelinhas da obra. Vinte sete anos depois, em 1887, a mesma autora voltou a trazer uma produção literária contrária a escravidão, dessa vez, um conto chamado *A escrava*, contendo como temática central, uma crítica contundente a escravidão e a separação de mães e filhos escravizados. Essas duas obras literárias produzidas por esta mulher maranhense se fundamentavam na corrente artística do romantismo, que tinha como objetivo ajudar a fundamentar a identidade cultural brasileira. Nesse sentido, o campo das letras – arena privilegiada de intervenção política – e a literatura romântica, foram usadas como instrumento reafirmador da nacionalidade⁴, bem como utilizados para difundir os ideais e debates abolicionistas. Por isso, A literatura oitocentista, sobretudo a produzida por Maria Firmina dos Reis, pode nos propiciar entender os debates sociais que estavam em voga na sociedade. A ótica proposta por nós nesta pesquisa, de pensar suas obras como fonte e lente para os debates sociais que perpassavam a sociedade oitocentista. A proposta deste trabalho é pensar quais os debates sociais entorno das políticas antiescravistas pode ser encontradas na literatura produzida por Maria Firmina dos Reis em um contexto em que a literatura brasileira estava se debruçando sobre a temática da escravidão. Escolhemos tratar de *Úrsula* e de *A escrava*, pois ambos, ao tratar de temáticas contrárias a escravidão, refletem os debates envoltos no escravismo e nos sujeitos escravizados e/ou libertos, contexto este, que a autora estava inserida.

Palavras-chave: Maria Firmina dos Reis; Literatura; Romantismo; Abolicionismo.

³Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Email: natalia.lopes@estudante.ufjf.br

⁴ CANO, Jefferson. O fardo dos homens de letras o orbe literário e a construção do império brasileiro. 2001. 407 p. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2001, p. 127 e 128.

A TRAJETÓRIA DE MARIANNE NORTH NO IMPÉRIO DO BRASIL (1872-1873)

*Flaviana Aparecida da Silva*⁵

O Brasil recebeu inúmeros viajantes no decorrer do século XIX. Franceses, alemães e ingleses eram a grande maioria. As mulheres sejam acompanhando seus maridos, pais ou irmãos, também marcaram presença no território. É neste contexto que encontramos Marianne North, viajante e artista inglesa que visitou o Brasil entre os anos de 1872 e 1873. A presente comunicação apresenta a fase inicial da pesquisa de doutorado que visa analisar a trajetória da viajante no continente americano. Através das suas memórias de viagens publicadas na obra *Recollections of a happy life, being the autobiography of Marianne North* buscaremos trazer suas redes e espaços de sociabilidade no Império do Brasil. Marianne North nasceu em 24 de outubro de 1830 em Hastings, Sussex, na Inglaterra. Filha de político inglês estudou durante um tempo na escola de Madame Anne de Wahl, em Norwick, no condado de Norfolk, aprendeu canto e piano, e ainda jovem, desenvolveu sozinha sua aptidão para a pintura. Por influência da família, Marianne viajava acompanhando seu pai no trabalho. Ao longo de sua vida, a inglesa visitou inúmeros países como, Alemanha, Índia, Egito, Canadá, Estados Unidos, Jamaica, Japão, Síria, Nova Zelândia, África do Sul, Chile, etc. Após a morte do pai, continuou a empreender viagens, porém, nesse momento, seu principal objetivo era ampliar sua atividade na área da pintura. Ao visitar outros países, a inglesa realizava pinturas de plantas e vegetais. Nesse sentido, Marianne North se destaca pela produção artística e pelos seus trabalhos na área de botânica. Ao visitar o Brasil, Marianne North conheceu as cidades de Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Petrópolis, Juiz de Fora, Barbacena, Ouro Preto, Mariana, Sabará e Lagoa Santa. No percurso das viagens, carregava consigo um caderno no qual anotava suas impressões sobre os lugares conhecidos. Em seus relatos, a viajante dedicava sua atenção à natureza, mas também escrevia sobre a política, os hábitos alimentares, o cotidiano e o feminino, e participava de encontros com líderes políticos. A título de exemplo, a inglesa se encontrou três vezes com o imperador d. Pedro II, sendo a primeira visita intermediada por Edward Sabine, amigo de seu pai, ao lhe dar a missão de entregar pessoalmente uma carta ao imperador. Dessa forma, as memórias de viagem de Marianne North são importantes fontes que nos dão informações acerca do doméstico e do espaço público no Segundo Reinado.

Palavras Chaves: Marianne North; Diário de viagem; Império do Brasil.

⁵ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro do Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP). E-mail: flavianaaps@hotmail.com

A TRAJETÓRIA DE CORINA COARACY E OS ÓBICES PROFISSIONAIS DE MULHERES NA IMPRENSA

*Cristiane Ribeiro*⁶

No decorrer do século XIX, a imprensa periódica contou com a participação significativa de mulheres intelectuais, muitas das quais, inicialmente, buscaram colocar suas reivindicações por direitos para serem lidas. Algumas, atuaram com colaborações efêmeras, já outras, se aventuraram lançando seus próprios negócios. São esses os casos de Violante A. Ximenes de Bivar com o *Jornal das Senhoras* (1852); Júlia Sandy com o *Bello Sexo* (1862); Francisca Senhorinha e o *Sexo Feminino* (1873); Amélia da Silva Couto com o *Echo das Damas* (1879) e Josefina Álvares de Azevedo com *A Família* (1888). Todos esses empreendimentos tiveram papel substancial na divulgação da pauta pelos direitos das mulheres, nesse contexto enfatizando o direito à educação, ao universo do trabalho e a profissionalização, seguido a participação política. No entanto, à medida que as décadas foram passando, uma vez que o movimento vinha ganhando mais adeptas, elas começaram a questionar a entrada nesse espaço como fundamental para a profissionalização em igualdade com os seus pares masculinos, isto é, o trabalho do dia-a-dia nas redações jornalísticas, as notícias do cotidiano, da política, da economia, os encontros nos cafés e livrarias da Rua do Ouvidor e, claro, com remuneração adequada para o serviço prestado. Com isso posto, interessa-nos apresentar Corina de Vivaldi Coaracy, intelectual e jornalista atuante em fins do século XIX, e que colabora para a discussão relacionada as dificuldades de gênero colocadas no caminho profissional de mulheres no jornalismo, sobretudo em um cenário de mudança significativa no universo da imprensa, em que os pequenos negócios de propriedades individuais se transformavam em grandes empresas de sociedades anônimas ou comanditas. Ao longo da sua vida, Coaracy trabalhou obstinadamente em diversos jornais, desde a *Ilustração Brasileira* e a *Ilustração Popular*, ao lado de seu pai, até a *Folha Nova* com Manuel Mancio, *Cidade do Rio* com o abolicionista José do Patrocínio, *Arauto em Petrópolis*, *Correio do Povo* e *O Paiz* com Quintino Bocaiúva, cujo, inclusive, atuou como correspondente estrangeira. Foi também colaboradora do *The New York Herald*. Segundo *The Rio News*, em uma publicação datada de setembro de 1891, “Corina Coaracy, of the editorial staff of the Paiz, who we believe is the Only lady in Brazil who has adopted journalism as a profession.”², o que nos dá indícios sobre a ideia de profissionalização no exercício do jornalismo aplicado às mulheres naquele final de século. É graças a crítica feminista que estudos como o apresentado podem ser desvendados, uma vez que por muito tempo o espaço da imprensa

⁶ Doutoranda em História pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq). Professora substituta do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG). E-mail para contato: crisdepaularibeiro@hotmail.com.

foi pensado unicamente como locus masculino. Assim, trajetórias como de Corina Coaracy, imersas no exercício cotidiano do trabalho nas redações e das relações pessoais, possibilitam desvelar um universo permeado de nuances, percalços e entraves no ofício profissional.

Palavras-chave: Corina Coaracy; Profissionalização; Universo Jornalístico.

O JORNAL MALAGUETA E O IMPÉRIO DO BRASIL: REFERENCIAIS TEÓRICOS E POSTURAS POLÍTICAS (1821-1822)

Myriam Paula Barbosa Pires¹

No ano de 1821, depois de onze anos desde que veio a residir na América, Luis Augusto May teve a sua curva de vida bastante modificada. O capitão de Artilharia, já possuidor de grande cabedal na administração pública, passou a experienciar novos desafios. Como se sabe, o início da década de 1820, decididamente exigiu de muitos daqueles homens, grandes esforços e tomadas de posição inteiramente novas. Nesse sentido, o agente público do governo passava, desse modo, da condição de uma espécie de burocrata em que desempenhava atividades internas, à condição de escritor periodista. O artigo corresponde à investigação das matrizes influenciadoras do pensamento teórico ventilado em seus escritos produzidos na época. Em seu jornal, *Malagueta*, bem como em cartas endereçadas ao Príncipe Regente, D. Pedro I, o redator aqui em questão se utilizou dos pensamentos de muitos autores iluministas em relação às suas ideias de enfrentamento ao poder monárquico absoluto. Autores como Montesquieu, Voltaire, Rousseau, Mably, Raynal, De Pradt, entre outros, como se sabe, chegavam a muitos anos *sous le capot*, influenciando de muitas maneiras os homens de letras e de políticas no Reino do Brasil. Como um letrado, formado nas bases do reformismo ilustrado, tinha na moderação das ideias, foi se revelando como um indivíduo voltado para as ações de perfil, cuja modo de pensar o mundo político se fazia pela restrição de ações transformadoras pela via dos extremismos e do entendimento da política como um campo que possui uma dimensão dialógica que deveria ser aproveitada. A anarquia, considerada irmã dos radicalismos representava uma forte ameaça pela associação ao desmembramento territorial. Foi por meio destas ideias que Luis Augusto May defendia a união do que considerou a “família luso-brasileira”.

Palavras-chave: Luis Augusto May; Malagueta; Imprensa.

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de fora (PPGH-UFJF). Membro do Laboratório de História social da Política – NEHSP/UFJF. E-mail: my.paula@gmail.com.

“O DEVER DAS RAÇAS SUPERIORES”: GEORGE RAWLINSON E A TEORIA DO BRANQUEAMENTO NO SEMINÁRIO TEOLÓGICO DE PRINCETON

Jorge William Falcão Junior²

Depois da Guerra Civil (1861-1865) e da abolição da escravidão nos Estados Unidos, o debate sobre o lugar dos negros na formação da nação foi intensificado na imprensa e nas instituições políticas. De modo semelhante, os seminários teológicos nos Estados Unidos debatiam (com base em interpretações bíblicas e em teorias raciais oitocentistas) se a melhor alternativa para a nação seria a segregação, integração ou mesmo a deportação em massa da população negra. Neste contexto verificamos um artigo publicado no periódico *The Princeton Review* (1878-1884) por George Rawlinson, historiador e teólogo britânico com pesquisas na área de história antiga. Além dos livros sobre história antiga e sobre o antigo testamento, inclusive de caráter apologético, Rawlinson também apresentou de que maneiras as interações de povos da antiguidade repercutiram na formação dos povos europeus contemporâneos. Neste sentido, o seu artigo *The Duties of Higher Races Towards Lower Races in a Mixed Community* (1878), publicado no *The Princeton Review* objetivou apresentar de que maneira a integração das “raças” não constituiria um elemento de “degeneração” para a nação, mas sim de “aperfeiçoamento”. O teólogo confrontou os argumentos científicos oitocentistas que negavam a unidade da raça humana a partir das diferenças entre os povos baseadas na estrutura física e na organização mental e moral. Para Rawlinson, um dos argumentos a favor da unidade entre os humanos consiste na capacidade de união e reprodução entre as várias “raças” sem que os descendentes sejam estéreis. Neste ponto, o autor entra no tema do “casamento misto”. Ele não usou o termo “mixed marriage” ou “interracial”, mas os termos “intermarry” e “intermarriage”. Rawlinson partiu da premissa de que o progresso e a degeneração são capacidades humanas que dependem das condições morais e mentais, ou seja, não limitadas pelas características físicas de cada povo. Por outro lado, estas características físicas poderiam ser aperfeiçoadas pelas condições morais e mentais, ou por outros elementos naturais de uma região. Além da capacidade de perpetuação, Rawlinson via na miscigenação que uma oportunidade para a resolução da questão da participação dos negros na sociedade americana. Ele foi contra os projetos de deportação em massa da população negra para a Libéria e os projetos de segregação. Rawlinson, apesar de afirmar a superioridade dos brancos, acreditava que os anglo-saxões, assim como os euroamericanos, não eram uma raça pura. Portanto, para Rawlinson a superioridade dos anglo-saxões não era fundada na pureza racial. Era fundada na mistura de características físicas e na sobreposição de uma condição

² Doutorando em História – Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: williamfalcaojr@gmail.com

moral e espiritual moldada pelos princípios do protestantismo. Assim, a miscigenação não era apenas uma opção, mas um dever. Esse seria o caminho para que o “progresso racial” verificado entre os anglo-saxões e angloamericanos fosse estendido às demais “raças”.

Palavras Chaves: Teorias Raciais; Seminário Teológico de Princeton; George Rawlinson.

DESIGUALDADE E EMANCIPAÇÃO: APONTAMENTOS SOBRE SEUS USOS NO MOVIMENTO ANTIESCRAVISTA BRASILEIRO (SÉCULO XIX)

*Thomaz Santos Leite*³

A proposta de apresentação busca demonstrar a interação de dois conceitos: desigualdade e emancipação e posteriormente analisar como eles apareceram em dicionários do século XIX brasileiro e foram utilizados no movimento antiescravista. Utilizando de fontes diversas como a Encyclopédie ou Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers e o Online Etymology Dictionary pretende-se, a partir da análise da história do conceito de emancipação, demonstrar que ele surge como um termo jurídico na antiguidade que estava relacionado poder pátrio e se transformou em um conceito chave para o enfrentamento das diferentes desigualdades sociais, jurídicas, culturais e econômicas em diversos períodos históricos, ou seja, os dois conceitos eram antônimos e estavam conectados. Como dito anteriormente, em um segundo momento busca-se analisar, a partir de dicionários de língua portuguesa do século XIX como os de Bluteau, Antônio Morais Silva e Luis Maria da Silva Pinto, como os dois conceitos foram sendo modificados em seus sentidos e usos, e adquirindo o sentido e o uso social de emancipação das mulheres e dos escravizados que o caracteriza atualmente. Por fim, a proposta é apresentar uma possibilidade de como o conceito vai ganhando sentido, vinculado ao movimento antiescravista brasileiro, que surge na segunda metade do século XIX brasileiro, vinculado principalmente à uma ideia de abolição gradual, e principalmente se opondo a uma perspectiva radical de extinção da escravidão no Brasil.

Palavras Chave: Desigualdade; Emancipação; Escravidão; Conceitos; Século XIX.

³ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense sob orientação do Prof. Dr. Jonis Freire, Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFJF e licenciado pela mesma instituição. Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP – UFJF) e ao Centro de Estudos do Oitocentos (CEO – UFF). Membro da Sociedade Brasileira de estudos do Oitocentos (SEO).



AS “MINAS GERAIS” E SEUS MECANISMOS: O COTIDIANO DA PROVÍNCIA E SUAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS E JURÍDICAS

O CONSELHO GERAL DE MINAS GERAIS E AS CONTAS DAS CÂMARAS MUNICIPAIS

Diego Rodolfo de Castro Gomes¹

A comunicação tem como objetivo apresentar os resultados da pesquisa que analisou os debates e consultas feitas no Conselho Geral da Província de Minas Gerais, o foco esteve na atuação dessa instituição como fiscalizador das câmaras municipais, sobretudo no exame de suas receitas e despesas. Conforme definido no texto constitucional, os Conselhos Gerais eram o reconhecimento e a garantia do “direito de intervir de todo cidadão nos negócios da sua própria província, e que são imediatamente relativos a seus interesses peculiares”. Seu objetivo era propor, discutir e deliberar sobre os negócios de interesse da província. As regras de seu funcionamento só foram definidas após intensos debates em 27 de agosto de 1828 com a aprovação do decreto que definia o seu regimento, com a instalação do Conselho Geral em 1828 passou a ser da competência deste conselho o exame das receitas e despesas dos municípios. Desse modo, o objetivo da pesquisa foi destacar o papel do Conselho Geral de Minas Gerais na adequação das finanças das vilas e cidades mineiras, partindo da hipótese que a instalação de uma nova instituição provincial, nesse caso, o Conselho Geral pode ter representado uma diminuição das prerrogativas das câmaras municipais e a redução dos seus poderes, sobretudo em relação à sua administração financeira. Para tanto, a apresentação está dividida em três partes, em um primeiro momento se mostrará as análises das representações das câmaras municipais enviadas ao Conselho Geral relacionadas a questões financeiras das localidades, em que se procurou entender as demandas das diversas localidades mineiras que pautaram as reuniões dos conselheiros. A partir de 1828, para qualquer mudança que desejasse fazer em relação às suas rendas, as câmaras foram obrigadas a fazer uma representação ao Conselho Geral, assim, para mudarem a forma de arrecadação, o valor de seus foros ou para venderem, aforarem ou alienarem seus bens era necessário que mandassem junto com a proposta os motivos do seu pedido e o texto então poderia ou não ser aprovado pelos conselheiros. O Conselho Geral era encarregado de dar uma resolução para as questões que eram levadas para seu juízo, no entanto, o que torna esse debate relevante não é apenas a aprovação ou rejeição das matérias, mas como a instituição provincial poderia direcionar as ações dos vereadores, alterando ou não as propostas originais, podendo significar, desse modo, um dos mecanismos de regulação do conselho em relação às câmaras. Em um segundo momento, se demonstrará a atuação dos conselheiros gerais

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. E-mail: diegogomes94@gmail.com

como examinadores das receitas e despesas das câmaras, eles eram responsáveis por aprovar ou reprovar as contas entregues, apontar seus problemas e erros na administração municipal. A análise dos livros de contas das câmaras seria feita por um grupo de conselheiros que poderiam prover sobre as contas o que melhor conviesse. Esse estudo possibilita compreender melhor a capacidade de receitas de cada localidade, seus principais gastos e como, a partir do exame do Conselho Geral, isso pode ter sido modificado. Por fim, se procurou compreender algumas estratégias adotadas pelas câmaras mineiras em relação às ações e resoluções do Conselho Geral identificando se houve algum tipo de resistência à autoridade provincial. A pesquisa acompanhou a atuação do Conselho Geral de Minas Gerais de 1828 até 1834, quando em função do Ato Adicional os conselhos gerais foram extintos.

JUSTIÇA DE PAZ E O ORDENAMENTO JURÍDICO OITOCENTISTA

Eduardo da Silva Júnior²

Com o fim da dominação portuguesa sobre América, lançou-se ao mosaico que compunha a América lusa o desafio de construir nesse território um Estado nacional, processo que se estendeu ao longo do século XIX e que produziu enfrentamentos entre distintos projetos de futuro formulados nas diversas partes do território brasileiro. Em meio aos debates políticos do período, o problema da organização da justiça foi reconhecido pelos coevos como um tema fundante, tomando grande atenção dos legisladores em diversos momentos nos anos que se seguiram à Independência. Foi característico desse período uma acentuada participação “popular” na administração da justiça. Isso deu forma a um ordenamento jurídico marcado por cargos que dispensavam formação em Direito para seu exercício e (ou) de escolha pela via eleitoral. Logo, no contexto pós-Independência, o judiciário foi permeado pela dicotomia juiz leigo e juiz letrado. É justamente sobre esta questão que a presente comunicação pretende tecer algumas reflexões, ao analisar as divergentes formas como foi pensado o juiz de paz no Brasil oitocentista. Concentraremos nossa atenção, sobretudo, na província de Minas Gerais. Buscar-se-á com isso compreender os distintos enquadramentos da justiça de paz no ordenamento jurídico nas primeiras décadas do Brasil Império. Esse exercício nos possibilitará uma melhor compreensão do universo jurídico oitocentista e dos significados que essa justiça de proximidade assumia na vida da população brasileira. Nesta comunicação, partimos do pressuposto que o estudo do judiciário viabiliza lançar novas questões sobre o processo de construção do Estado nacional brasileiro.

Palavras Chaves: Administração da justiça; Justiça de paz; Brasil Império.

² Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: eduhisufjf@gmail.com

POLÍCIA MÉDICA E SANITÁRIA MUNICIPAL: AS AÇÕES DE HIGIENE E SALUBRIDADE DA CÂMARA MUNICIPAL DE OURO PRETO (1805/1850)

*Pâmela Campos Ferreira*³

A presente proposta tem como objetivo compreender e mapear a atuação da polícia sanitária e médica exercidas pela Câmara Municipal de Ouro Preto tendo como recorte temporal o período de 1805 a 1850. Procuramos compreender como determinados ramos da administração policial da câmara – polícia sanitária e médica – atuaram em matéria de salubridade e saúde em seu município. Até o ano de 1850 eram os poderes municipais – representados especificamente pelos ramos da polícia aqui explicitadas – os responsáveis por estabelecer medidas de caráter higiênico (a partir da elaboração de posturas municipais), com vias ao combate das más condições de vida e posterior manutenção da salubridade em suas localidades. É preciso considerar que entre os anos de 1805 a 1828 as municipalidades detinham (além das atribuições administrativas e judiciais) a obrigação de fiscalizar os meios urbanos, vigiando a plena execução de suas posturas. Por outro lado, não exerciam a polícia médica, uma vez que a medicina era exercida pelos agentes das artes de curar. No entanto, as temáticas voltadas à manutenção da salubridade e limpeza, contavam como encargos dos municípios. A partir de 1828, além das funções sanitárias, somou-se às atribuições camarárias o exercício da polícia médica. Evidentemente os vereadores contariam com o auxílio de uma junta de médicos (caso a localidade contasse com a presença destes). Mas ainda assim, caberia às câmaras o domínio de ação, ou seja, eram elas que fiscalizariam, aprovariam ou negariam o trabalho médico nos municípios. Além disso, eram elas que decidiriam quais medidas tomar em matéria de saúde, higiene e salubridade. Este cenário se manteria até 1850, quando houve a transferência dos encargos da área médica e sanitária para a Junta Central de Higiene Pública no Rio de Janeiro.

Palavras Chave: Polícia Médica; Salubridade; Câmaras Municipais.

³ Doutoranda pelo PPG História da Universidade Federal de Juiz de Fora, e-mail: pamelacamposf@hotmail.com

PLANOS DE ELEVAÇÃO: AS TERRAS ALTAS DE SANTO ANTÔNIO DO PAQUEQUER TORNAM-SE THERESOPOLIS

Marta Lúcia Lopes Fittipaldi⁴

Em janeiro de 1876, D. Pedro II esteve pela primeira em Teresópolis, na região serrana da província fluminense, com o principal objetivo de conhecer a plantação de quina da Fazenda da Barreira, situada na atual Subsele do Parque Nacional da Serra dos Órgãos. O cultivo da planta, largamente utilizada para o combate à malária, fora iniciado havia cerca de três décadas, com o apoio do governo imperial. A iniciativa, ao final fracassada, ajudou a divulgar os encantos naturais do lugar. Como destino para o turismo de veraneio, Teresópolis estava potencialmente à altura – real e metafórica – da sua vizinha Petrópolis. Apesar disso, era um paraíso de beleza estonteante e clima frio ainda conhecido por muito poucos, conforme uma longa crônica publicada no jornal O Globo, em 1883. Antes da visita do imperador, a princesa Isabel, acompanhada pelo marido Gastão de Orleans e pela condessa de Barral, estivera conferindo os atrativos do local, cujo nome homenageava sua mãe, a imperatriz Teresa Cristina. A estada da herdeira do trono brasileiro na freguesia talvez tenha tido o propósito de compensar o que poderia ser tomado como certa desatenção por parte da família imperial: apesar da deferência, Sua Majestade, a imperatriz, jamais prestigiara com sua presença as terras altas do Dedo de Deus. Teresópolis situava-se na freguesia de São Antônio do Paquequer, então pertencente a Magé, e figurava na imprensa da Corte como promissora opção para os que necessitavam de tratamento de saúde, assim como destino ideal para os europeus recém-chegados ao solo brasileiro. Esta comunicação apresenta resultados preliminares da pesquisa que pretende investigar o esforço de promoção turística de Teresópolis como cidade ligada à família real e à elite do império; os fracassos da sua projetada função como colônia de imigrantes e seu relativo sucesso como destino salutar livre dos riscos das pestes, ideal para a recuperação e preservação da saúde. Baseia-se em fontes impressas, periódicos cariocas das décadas de 1840 a 1880 que reúnem um conjunto de informações iniciais para a fundamentação das hipóteses consideradas.

Palavras-chave: Teresópolis; Família Imperial; Saúde Imigração.

⁴ Doutora em História (UFJF). E-mail: mlsepol@gmail.com